

idp



ESCOLA DE EDUCAÇÃO
EXECUTIVA DO IDP



EDUCAÇÃO

EXECUTIVA

**APRENDA A TRABALHAR COM
A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E
CONTRATOS (LEI Nº 14.133/21)**





ESCOLA DE EDUCAÇÃO EXECUTIVA DO IDP

Não espere o mercado mudar,
faça com que ele te acompanhe!



FLEXIBILIDADE

Curso pensado para você assistir de qualquer lugar, sem barreiras físicas. As aulas são 100% ao vivo e on-line, mas permanecem gravadas para que você possa assisti-las novamente quando e quantas vezes quiser



TURMAS EXCLUSIVAS

Diferente dos outros cursos online, valorizamos o aprendizado colaborativo e interativo, nossas turmas são exclusivas e com vagas limitadas para que os alunos possam interagir em tempo real com os professores e colegas. As aulas permanecem gravadas para que você possa assisti-las novamente quantas vezes quiser.



METODOLOGIA ÚNICA

Nossa metodologia valoriza o protagonismo dos estudantes. Acreditamos que o aprendizado prático, baseado em problemas reais, faz com que nossos alunos estejam preparados para o que o mercado exige.



CONEXÕES INCRÍVEIS

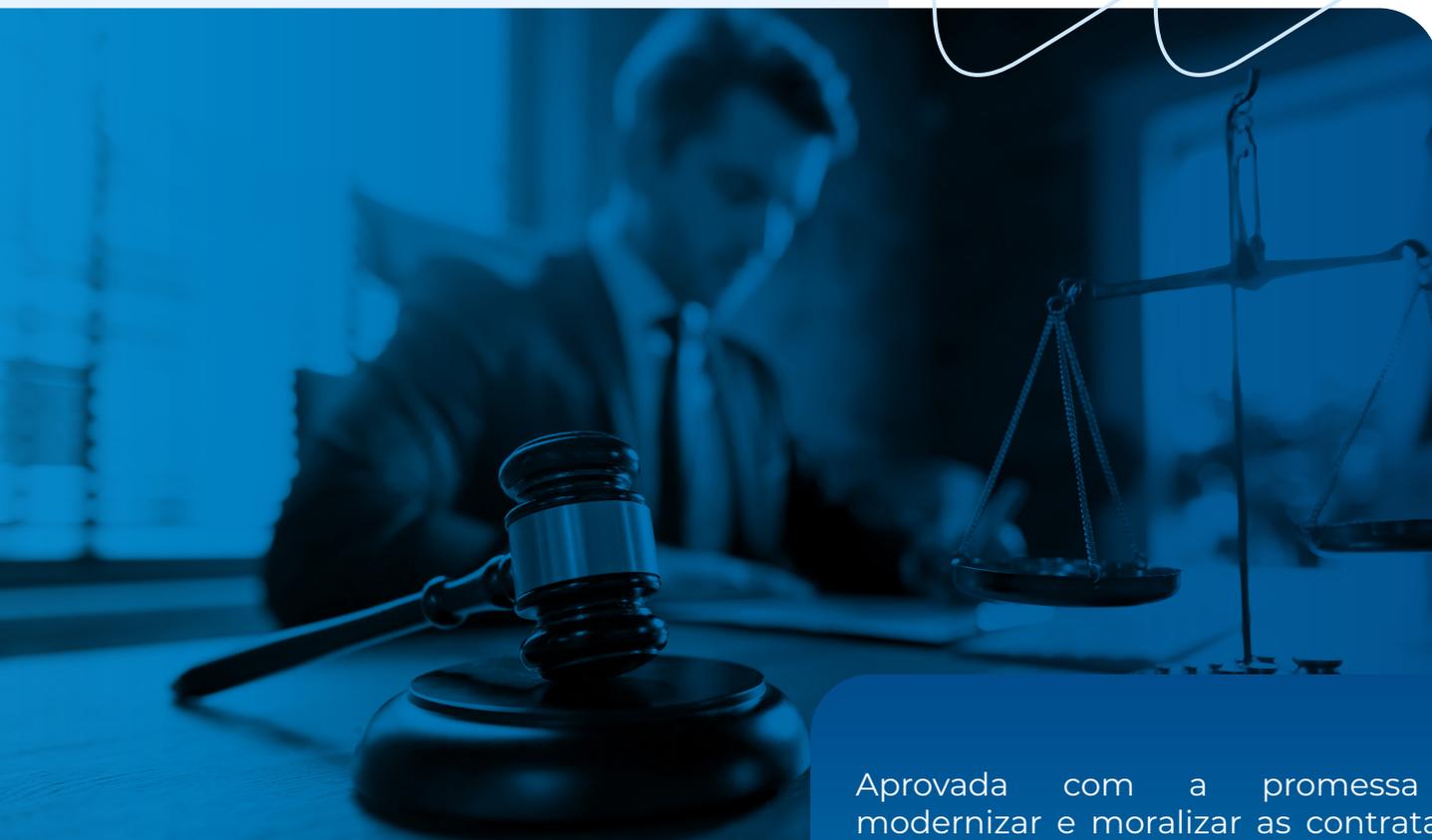
Além de construir um networking com alunos e professores em sala, você fará parte de uma comunidade vibrante, com possibilidades infinitas de conexão. Fazer parte de um curso do IDP é estar imerso em um conjunto de eventos, seminários e grupos de estudo exclusivos.



CURSOS COM A QUALIDADE RECONHECIDA PELO MERCADO

O Mercado reconhece a excelência acadêmica do IDP. Os cursos de extensão da educação executiva do IDP possuem a qualidade que o seu currículo merece!

APRENDA A TRABALHAR
COM A NOVA LEI
Nº 14.133/21



*O curso **Aprenda a trabalhar com a nova lei de licitações e contratos (Lei nº 14.133/21)** é uma formação completa para servir de guia definitivo sobre a estrutura geral do novo marco normativo das contratações públicas no cenário brasileiro, a partir da edição da Lei nº 14.133, no dia 01 de abril de 2021.*



Aprovada com a promessa de modernizar e moralizar as contratações públicas no país, o novo marco regulatório das licitações introduz inovações que pretendem produzir impactos significativos na realidade da administração pública brasileira. Daí a importância para os estudiosos e operadores entender as novas balizas jurídicas que deverá guiar as compras públicas no cenário administrativo.

Ao abordar os principais aspectos da legislação que trata do assunto, pretende-se provocar o aluno a refletir sobre a pretendida modernização da administração pública no país, bem como sobre os benefícios da nova lei na eficiência e na probidade das contratações públicas no Brasil.

OBJETIVOS DO **CURSO**



PROMOVER A CONSTRUÇÃO DO ENTENDIMENTO A RESPEITO DA NOVA LEI

Quais são as reais implicações da nova lei? Como ela será executada pela Administração Pública e as empresas? Essas são algumas das questões que iremos discutir no curso.



MOSTRAR AS OPORTUNIDADES PARA AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS COM A LEI

A Lei nº 14.133/21 trouxe para o debate público formas de atualizar a Administração Pública, com novas modalidades para licitações e contratos promovendo assim novas formas de fazer negócio e dinamizando o mercado ainda mais. Como transformar essas mudanças em oportunidades reais de negócio é uma das primeiras perguntas a serem respondidas.



PREPARAR UM AMBIENTE DE NEGÓCIOS PARA A NOVA LEI

Como centro de excelência em práticas de direito, o IDP sempre figura entre os principais formadores de opinião do país, autoridade essa que garante aos nossos alunos do curso destaque em sua atuação. Muito mais do que aprender a nova Lei de Licitações e Contratos, o curso foi pensado para criar um ambiente para o desenvolvimento de um novo Direito Administrativo.





INFORMAÇÕES **GERAIS**



CARGA HORÁRIA

38 horas - 19 aulas de 2 horas cada.



INVESTIMENTO

Valor integral: 6 parcelas de R\$599,83

Valor com desconto: 6 parcelas de R\$419,88

(*desconto para os primeiros alunos matriculados)



FORMAS DE PAGAMENTO

Boleto para pagamento à vista;

Cartão de crédito: parcelamento em até 6 parcelas

GRUPO



QUERO ME MATRICULAR



CORPO DOCENTE

idp



ANTÔNIO RODRIGO MACHADO

Mestre em Direito pelo Centro Universitário de Brasília, Professor do IDP e especialista em Administração Pública, atua nas áreas de Direito Administrativo, Constitucional e Penal com ênfase em Legislação Anticorrupção.



CAROLINA ZANCANER

Pós-doutorado em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra-Portugal. Doutora e Mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP. Procuradora da Fazenda Nacional, Chefe-Substituta da Divisão de Consultoria e Assessoramento em Direito Administrativo da Procuradoria da Fazenda Nacional na 3ª Região.



FELIPE DALENOGARE

Pós-doutorando em Direito pela Università di Bologna. Doutor e Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Especialista em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes; em Direito Administrativo pela Faculdade Dom Alberto; em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Santa Maria.



GIOVANI TRINDADE CASTANHEIRA

Mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP (2020). Pós-Graduado em Direito Penal e Processual Penal pelo Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP (2015). Membro da Comissão de Apoio ao Advogado Iniciante (2006-2007) e da Comissão de Combate à Corrupção da OAB-DF. É Advogado do Escritório Barbosa, Müssnich & Aragão - BM&A.



JULIANO HEINEN

Doutor em Direito (UFRGS); Professor de Direito Administrativo (FMP); Procurador do Estado do Rio Grande do Sul; Autor da obra: "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº. 14.133/2021" (Ed. Juspodivm).



MARILENE CARNEIRO

Mestre em Direito Público, especializada em Processo Civil e Direito Constitucional. Presidente da Comissão Nacional de Direito Administrativo da Associação Brasileira de Advogados - ABA



RODRIGO GARRIDO DIAS

Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ). Associado Fundador do Instituto de Direito Administrativo Sancionador (IDASAN). Associado no Instituto de Direito Administrativo do Rio de Janeiro (IDARJ). Advogado na Confederação Nacional de Municípios (CNM).



VLÁDIA POMPEU

Mestre em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília - UNICEUB (2015) e mestre em Derechos Humanos, Interculturalidad y Desarrollo pela Universidade Pablo de Olavide. Atual Advogada-Geral da União Adjunta.

**QUER CONHECER
MAIS SOBRE
OS NOSSOS
PROFESSORES?**

**ACESSE AQUI
A PÁGINA DO CURSO**

► Módulo 1

Introdução a contratos e Direito Administrativo

Compreender a importância do Direito Administrativo para a construção de uma Administração Pública eficiente. Será discutido como a regulamentação de atividades do Setor Público, por meio de leis e princípios próprios conferem autonomia e alto grau de especialização a esse ramo do direito. Com os holofotes cada vez mais apontados para as relações existentes nos órgãos da Administração Pública, conhecer o histórico e as motivações das leis é de suma importância.

► Módulo 2

Introdução a Lei 14.133/21

A nova Lei de Licitações e Contratos é fruto de uma discussão de longa data, para modernizar as relações e estruturas do Poder Público. Apesar de ser uma matéria extremamente debatida, o novo regimento suscita diversas dúvidas como: Quais são as inovações que a nova lei promove? Como isso pode impactar o sucesso de negociações para o setor público e privado? Quais são as diferenças entre a Lei nº 8666/93 e a nova Lei nº 14.133/21? Quais setores serão afetados pela nova lei?

► Módulo 3

Como trabalhar com a nova lei?

A nova lei promoveu diversas oportunidades para agentes públicos e para empresas privadas, mas como isso se aplica no mercado? A Administração Pública modernizou as relações de contrato com o setor privado e será preciso uma adaptação dos dois lados para o sucesso dessa nova relação, iremos discutir aqui os reais impactos na relação e principalmente como será esse novo ambiente de negócios.



► **Módulo 4**

Fase preparatória do processo

Com criação de dispositivos surgem novos processos que precisam da atenção de todos os agentes envolvidos, por isso a fase preparatória é de suma importância para o êxito do processo. Esse módulo discutirá como a fase preparatória irá impactar a relação entre Poder Público e setor privado, principalmente como com a nova lei promove novos desafios e oportunidades para todos os agentes envolvidos.

► **Módulo 5**

O processo licitatório

O processo licitatório deve ser isonômico e promover a escolha da proposta mais vantajosa, isso significa que empresas devem demonstrar de forma transparente o seu valor e a Administração Pública promover a escolha seguindo critérios técnicos e que promovam o melhor resultado.

► **Módulo 6**

Contratos Administrativos

A execução dos contratos administrativos precisa seguir boas práticas que forneçam um ambiente mais confiável para a Administração Pública, sempre seguindo os preceitos da lei, e buscando inovar para trazer além de agilidade aos processos de fiscalização, também buscar uma relação mais transparente com todos os stakeholders. Cada contrato possui sua particularidade, porém todos devem seguir regras pré-definidas que contribuem para o cumprimento do contrato de forma clara e que seja auditável por qualquer parte interessada.

► **Módulo 7**

Infrações e sanções administrativas

Existem diversas formas de controle de contratos obtidos pelo Poder Público, que tem como objetivo garantir a maior celeridade e transparência aos acordos. As sanções previstas na nova lei unificam artigos de dispositivos anteriores, criando uma norma mais completa e encerra discussões a respeito de qual entendimento prevalece em casos de não cumprimento de contratos administrativos.



► Módulo 8

Tipos penais

Contratos possuem diversos pontos de controle que garantem o melhor processo possível. Contudo, existem casos onde a lei não é seguida e é necessária a criação de tipos penais para garantir que todas as partes envolvidas sigam as regras estabelecidas.

O novo regimento cria e modifica punições por crimes de corrupção, omissão e financeiros na relação entre o Poder Público e o setor privado. Unindo e aprimorando entendimentos de dispositivos anteriores para um melhor cumprimento de penas.



The logo for IDP (Insights in Design Practice) is displayed in a large, white, lowercase sans-serif font. It is positioned on the left side of the advertisement, partially overlapping a large, semi-transparent white graphic element that resembles a stylized 'D' or a large letter 'P'.

A ESCOLHA QUE
TRANSFORMA
O SEU CONHECIMENTO



ESCOLA DE EDUCAÇÃO
EXECUTIVA DO IDP

idp.edu.br/educacao-executiva